

**Manifestações do conservadorismo
durante os períodos ditatoriais:
notas sobre Brasil e Portugal**

Manifestations of conservatism during the
dictatorial periods: notes on Brazil and Portugal

Manifestaciones del conservatismo durante los
períodos dictatoriales: notas sobre Brasil y Portugal

Allana Letticia dos Santos¹

 [0000-0001-5767-8136](https://orcid.org/0000-0001-5767-8136)

Resumo: O objetivo deste artigo é realizar uma análise abrangente das manifestações do conservadorismo durante os regimes ditatoriais do Brasil e de Portugal, que vigoraram no período de 1964 a 1975. Além de examinar as diferentes facetas do conservadorismo em cada contexto nacional, busco entender como essas manifestações foram influenciadas e influenciaram as dinâmicas políticas, sociais e culturais da época. Adotando uma abordagem histórica, com ênfase na História Global e na História Comparada, a intenção é oferecer uma visão panorâmica das interconexões entre os eventos históricos desses dois países durante esse período. Por meio da análise dos principais agentes, eventos e ideologias associadas ao conservadorismo, pretendemos identificar padrões comuns e peculiaridades distintas em cada contexto. Além disso, uma parte significativa deste estudo se concentra na análise das implicações do conservadorismo nas mulheres. Viso entender como as ideologias conservadoras moldaram as experiências, os direitos e as possibilidades das mulheres durante esses regimes autoritários.

Palavras-chave: Brasil. Conservadorismo. Ditaduras. Portugal.

Abstract: The objective of this article is to carry out a comprehensive analysis of the manifestations of conservatism during the dictatorial regimes in Brazil and Portugal, which were in force from 1964 to 1975. In addition to examining the different facets of conservatism in each national context, I seek to understand how these manifestations they were influenced by and influenced the political, social and cultural dynamics of the time. Adopting a historical approach, with an emphasis on Global History and Comparative History, the intention is to offer a panoramic view of the interconnections between the historical events of these two countries during this period. Through the analysis of the main agents, events and ideologies associated with conservatism, we intend to identify common patterns and distinct peculiarities in each context. Furthermore, a significant part of this study focuses on analyzing the implications of conservatism on women. I aim to understand how conservative ideologies shaped women's experiences, rights, and possibilities during these authoritarian regimes.

Keywords: Brazil. Conservatism. Dictatorships. Portugal.

Resumen: El objetivo de este artículo es realizar un análisis integral de las manifestaciones del conservadurismo durante los regímenes dictatoriales de Brasil y Portugal, que estuvieron vigentes entre 1964 y 1975. Además de examinar las diferentes facetas del conservadurismo en cada contexto nacional, Buscan comprender cómo estas manifestaciones se vieron influenciadas e influyeron en la dinámica política, social y cultural de la época. Adoptando un enfoque histórico, con énfasis en la Historia Global y la Historia Comparada, la intención es ofrecer una visión panorámica de las interconexiones entre los acontecimientos históricos de estos dos países durante este período. A través del análisis de los principales agentes, acontecimientos e ideologías asociadas al conservadurismo, pretendemos identificar patrones comunes y peculiaridades distintas en cada contexto. Además, una parte importante de este estudio se centra en analizar las implicaciones del conservadurismo en las mujeres. Mi objetivo es comprender cómo las ideologías conservadoras moldearon las experiencias, los derechos y las posibilidades de las mujeres durante estos regímenes autoritarios.

Palabras-clave: Brasil. Conservatismo. Dictaduras. Portugal.

¹ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, com bolsa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. *Lattes:* [6459296210284871](https://lattes.cnpq.br/6459296210284871) - *E-mail:* allanaletticia@hotmail.com.



Aproximações e distanciamentos entre os conservadorismos

Neste artigo, objetivo investigar como ocorreram as manifestações do conservadorismo no Brasil e em cidades portuguesas durante os períodos ditatoriais. É importante ressaltar que essas manifestações não foram uma particularidade apenas dos regimes ditatoriais, visto que o conservadorismo é uma posição ideológica encontrada em uma variedade de contextos políticos e sociais.

O conservadorismo, como ideologia, enfatiza a preservação de instituições tradicionais, valores culturais e normas sociais estabelecidas. Essa ênfase na estabilidade e continuidade pode ser defendida por uma variedade de atores políticos e grupos sociais em diferentes sistemas políticos, não apenas em regimes ditatoriais. De fato, muitas democracias também têm movimentos e partidos políticos conservadores que buscam preservar tradições culturais, valores familiares, religiosos ou econômicos. Esses grupos podem resistir a mudanças sociais, culturais ou políticas percebidas como ameaças à ordem estabelecida. Portanto, enquanto os regimes ditatoriais podem adotar uma ideologia conservadora como parte de sua estratégia para manter o controle político, o conservadorismo não é uma característica exclusiva desses regimes. Ele pode ser encontrado em uma variedade de contextos políticos, incluindo democracias e sistemas autoritários.

Admito,² nesta investigação, o conservadorismo como uma ideologia que preserva a manutenção das organizações tradicionais, tanto na política quanto na sociedade e na cultura.

Ponto que o conservadorismo, como movimento ideológico, não teve início na ditadura. As “raízes” dessa ideologia são projetadas desde a falsa concepção da ideia de que as mulheres são inferiores aos homens, o que derivou em dominação, submissão e a divisão dos papéis entre dominador e dominado.³

Para o debate a respeito da conjuntura dos regimes ditatoriais, é necessário pontuar as diferenças entre ambos os regimes. A ditadura brasileira foi categorizada dentro do regime

² Outro aspecto que também está inserido nas perspectivas do conservadorismo diz respeito aos bons costumes. Segundo os estudos realizados por Maria Teresa Cunha (2004), entende-se que os bons costumes compreendem regras de comportamento e normas de civilidade que deveriam ser observadas no âmbito social. Esta perspectiva está sendo considerada nesta investigação como as condutas esperadas das mulheres, especialmente dentro do recorte temporal deste estudo. Essas normas de alinhamento para a formação do caráter e da personalidade feminina são refletidas aqui como prescrições que variam desde o tom de voz recitado até a minuciosa escolha do cônjuge. Ver: Cunha, 2004, v. 1, p. 60-75.

³ Para maiores informações sobre as raízes do conservadorismo, e por conseguinte do patriarcado, consultar: Schpun, 2004 e Corbin; Courdine & Vigarello, 2013. Assim como os escritos literários de Antônio Candido e a formação do homem, disponível em: [Vista do A literatura e a formação do homem \(unicamp.br\)](http://Vista.do.A.literatura.e.a.formacao.do.homem.unicamp.br).



autoritário e o português, dentro da perspectiva totalitária, em que as propagandas das campanhas eleitorais se tornaram uma ferramenta significativa para o regime.

No que se refere à imprensa no período do Estado Novo, segundo estudos realizados,⁴ Salazar⁵ era avesso à exibição de sua imagem na mídia sem sua autorização prévia. Já seu sucessor, Caetano,⁶ valorizava e atribuía grande importância ao instrumento midiático da imprensa, pois acreditava que, por meio dela, era possível conquistar uma boa consecução política. Os cartazes apresentados a seguir, provavelmente, fazem parte do governo de Salazar, que, embora no começo de sua carreira demonstrasse irritabilidade com a mídia, aliou-se a ela para propagandear seu governo. Observa-se como as campanhas publicitárias foram fundamentais para a disseminação dos ideais do governo do Estado Novo.

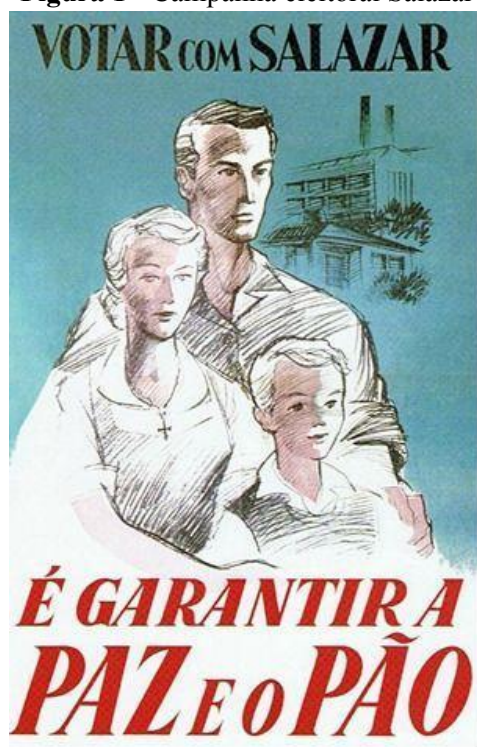
Antes de entrar nas discussões referentes aos cartazes, é imprescindível afirmar que ambiciono o pressuposto de não reduzir a imagem apenas a “documento visual”, como argumentou Menezes (2012). Compreende-se as imagens como um elemento imerso em variáveis que definem sua natureza, multiplicidade de significados e papel histórico que possam assumir. Não é o objetivo deste texto recomendar uma teoria única ou prioritária para a análise das imagens, até porque isso não seria possível, dado o expressivo arcabouço conceitual e teórico sobre o tema. Apontarei rotas interpretativas que foram utilizadas para a exploração das imagens, fugindo da concepção de empregar figuras no trabalho apenas como ilustração.

O cartaz publicitário abaixo foi divulgado para as eleições presidenciais, provavelmente do ano de 1949 que, embora esse período não faça parte do recorte temporal determinado, a discussão suscitada por essa fonte permite acessar informações úteis para o debate acerca do totalitarismo português.

⁴ Para maiores informações consultar: Susana Cavaco (2019); Fernando Rosas (1999); Francisco Cádima (1996).

⁵ De acordo com Rampinelli (2014), Antônio Oliveira Salazar permaneceu no governo por quarenta anos consecutivos. Desses, atuou durante quatro anos como Ministro das Finanças (1928-1932) e trinta e seis anos como chefe máximo do governo, tendo poder suficiente para criar e moldar o Estado Novo, que foi derrubado apenas na Revolução dos Cravos em 25 de abril de 1974.

⁶ Marcelo Caetano foi o último ditador do Estado Novo. Governou no ano de 1968 e foi exonerado em 25 de abril de 1974 (Revolução dos Cravos). Sua ascensão ao poder foi interpretada por muitos, de acordo com Martinho (2019), como uma resolução para o encerramento da ditadura portuguesa, já que possuía uma postura reformista, o que rendeu à população, principalmente à portuguesa, esperança e otimismo.

Figura 1 - Campanha eleitoral Salazar

Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

Embora seja possível realizar inúmeras análises a partir dessa imagem, resalto a preeminência da família patriarcal, na qual o homem encontra-se numa posição mais elevada, de modo a envolver em seus braços outros integrantes, como forma de defensor da família. A mulher, que carrega a cruz em seu pescoço, símbolo do catolicismo, além do destaque para as palavras “paz” e “pão”, que são elementos indispensáveis para a vivência familiar. Ao fundo, o desenho de uma casa, como um componente que entrelaça todos os outros elementos da imagem. Assim, os dados descritos no cartaz integram as perspectivas políticas e de controle total do governo do Estado Novo de Portugal, onde a família, o catolicismo e a participação do Estado na vida privada constituíam-se como o “tripé” de poder do regime.

Outro cartaz da campanha publicitária para presidente, provavelmente do ano de 1949, ajuda a refletir sobre as manifestações do conservadorismo, direcionado mais especificamente para as mulheres.

Figura 2 - Campanha eleitoral Salazar



Fonte: Biblioteca Nacional Digital

A principal ideia que circulava nesse panfleto⁷ era a de atrair o voto⁸ das mulheres para o candidato Salazar. As ênfases estavam voltadas para os possíveis efeitos positivos que o governo ofereceria para a mulher,⁹ dentre esses estavam: “a estabilidade da família”, “a

⁷ Neste panfleto lê-se: “Mulher portuguesa, graças ao Estado Novo, tens: a estabilidade da família, a liberdade religiosa, a ordem social, a paz que preservou nosso país da catástrofe e das destruições da guerra. Se teu marido, teus irmãos, teus filhos vivem, se não marcharam para os campos de batalha, A SALAZAR O DEVES! Se teu noivo não foi morrer em terra estranha, sob as tempestades de ferro e fogo e podes construir um lar feliz e tranquilo, A SALAZAR O DEVES! Se a teus filhos não faltam o abrigo e o pão, se tua casa não foi destruída, arrasada a fábrica onde teus entes trabalham, ralados os campos de onde vêm os frutos da natureza, a Salazar o deves! Mães, Esposas, Noivas de Portugal, VOTAI POR SALAZAR.

⁸ O voto à mulher portuguesa foi concedido, pela primeira vez, com limitações, no ano de 1931, pelo decreto nº 19.694, de 5 de maio. Em dezembro de 1933, sob o decreto nº 23.406, acrescentou-se a possibilidade de voto à mulher solteira, maior ou emancipada, que vivia inteiramente sob suas responsabilidades e tinha a seu cargo ascendentes, descendentes ou colaterais. No dia 26 de dezembro de 1968, foi publicada a Lei nº 2.137, que removia qualquer discriminação em função do sexo, possivelmente, efeito da “explosão” do Movimento Feminista das décadas de 1960-1970, também firmado por algumas autoras da *Segunda Onda Feminista*. Pouco depois, o voto à mulher brasileira foi permitido oficialmente, durante o governo de Getúlio Vargas, no Código Eleitoral do ano de 1932.

⁹ O termo “mulher”, escrito no panfleto no singular, ajuda-nos a compreender as nuances propostas pelas normas e prescrições do conservadorismo, permitindo que seja feita a leitura, não apenas a partir do número de mulheres, mas sob a ótica universalizada, onde dever-se-ia seguir padrões comportamentais e ideológicos



liberdade religiosa”, “a ordem social” e “a paz que preservou o nosso país da catástrofe e das destruições da guerra”. O apelo ao voto nesse cartaz estava sendo feito a partir da possibilidade de que o homem, seja na figura do marido, irmãos ou filhos, não entrasse nos campos de batalha graças ao dinamismo do governo e, por conta disso, a mulher portuguesa, firmada nos papéis sociais de mães, esposas e noivas, deveria votar em Salazar. É possível identificar não apenas a utilização da propaganda como ferramenta para a disseminação do discurso do regime totalitário, mas também a forma como determinado grupo social deveria se comportar (Arendt, 2012).

Além do mais, é válido destacar como o governo português reconhecia e disseminava o lugar que era determinado às mulheres, ou seja, como mães, esposas ou noivas, atrelando-as à presença e domínio da figura do homem, uma forte característica proveniente da ideologia conservadora, compreendida nesta investigação como a defesa à manutenção de preceitos e instituições tradicionais sociais inseridos nos contextos culturais da coletividade.

Contudo, saliento, de antemão, que não existe um único agrupamento de preceitos tradicionais que sejam universalmente considerados como conservadores, porque, neste texto, compreendo que esse conceito deriva do que é classificado como tradicional em determinado lugar e tempo e as lutas que estão sendo organizadas em prol da destituição dessas tradições. Assim, a manutenção do espaço reservado à mulher, propagandeada pela campanha eleitoral presidencial, está sendo aqui considerada como um dos elementos do conservadorismo, pois compreender como essa ideologia na sociedade afetou a vida das mulheres militantes desta pesquisa é de suma importância para abarcar o contexto social no qual estavam inseridas e, por conta disso, será discutido de maneira mais abrangente ao longo deste artigo.

No Brasil, os aspectos relacionados ao tema em questão apresentam nuances aproximadas que podem ter sido inspiradas pela influência histórica, cultural e das dinâmicas sociais. Durante a realização de pesquisa anterior, examinei as formas pelas quais a quebra de padrões se manifestou no Movimento Estudantil da Universidade Federal da Bahia, especialmente no que se refere às relações de poder, conforme evidenciado em entrevistas coletadas. Essas constatações ecoam os conceitos apresentados por Susan Besse (1999), que identificou a hierarquização de gênero. Isso significa que a participação das mulheres em certos espaços de poder dentro da estrutura da militância estudantil só foi possível quando

descritos para esses sujeitos. Conseguimos, assim, visualizar nessas sutilezas, as manifestações da ideologia conservadora.



conformadas aos papéis tradicionais atribuídos a elas, tais como presença cuidadosa, materna e solidária, frequentemente atuando como apoio à “verdadeira resistência”, liderada por militantes do sexo masculino.

Dessa forma, após uma análise minuciosa dos dados em conjunto com a revisão bibliográfica, tornou-se evidente que os fatores que definiram o papel da “mulher militante” foram moldados pelas dinâmicas de gênero predominantes e pelos valores compartilhados durante o período em que as entrevistadas estiveram ativas. Além disso, constatou-se que, nos grupos do Movimento Estudantil nos quais as mulheres estavam inseridas, as relações entre gêneros refletiam a hierarquia vigente na época. Isso se manifestava na designação às mulheres de posições de menor prestígio, visibilidade e relevância relativa (Santos, 2019).

O autoritarismo brasileiro era demandado a partir do controle dos partidos políticos, dos sindicatos, das organizações de massa, da saúde, da educação e da vida privada, entretanto, de maneira menos absoluta que no caso totalitário. Destaco que o Brasil permitia a presença de dois partidos políticos: um que apoiava os ditadores, intitulado como Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e o outro nomeado como Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que era opositor do governo. Embora a possibilidade de oposição existisse teoricamente, na prática era uma utopia, pois a propaganda política e as medidas repressivas resultavam no domínio da ARENA. A possibilidade da “existência” legal de dois partidos políticos condizia com o próprio discurso dos militares na época da ditadura, o qual informava que a intenção era “arrumar a casa” e que posteriormente ocorreria a redemocratização. Por conta disso, sob a ótica desses sujeitos (militares), o regime possuía no discurso uma determinada “abertura democrática”, ou seja, embora houvesse a forte ação do Estado nas nuances da vida pública e privada, acontecia a tentativa de camuflar as atrocidades do autoritarismo com ínfimos elementos de um regime democrático, por exemplo.

No que tange às principais diferenças das conjunturas políticas dos regimes ditatoriais em questão, nos próximos parágrafos, concentro-me nos debates sobre as manifestações do conservadorismo, tanto no Brasil quanto em Portugal.

A partir da possibilidade de reconstruir eventos históricos já articulados neste artigo, revisito os anos ditatoriais de Portugal e do Brasil, visando apreender como as manifestações do conservadorismo foram absorvidas e reestruturadas pelos grupos que estavam no poder,



além de como estes fizeram interferência na atuação das mulheres. Para tanto, compreendo que são nítidos e bem definidos os limites de uma abordagem dessa natureza, visto que a dinâmica do conservadorismo extrapola o terreno teórico, com determinações e contradições, desfrutando de autonomia em relação ao debate atual (Souza, 2016).

Sobre as representações do conservadorismo em Portugal, as observações de Anne Cova e Antônio Costa Pinto (1997) dizem respeito à forte influência do catolicismo na propagação e vigilância dos bons costumes, alicerçada pelas encíclicas papais¹⁰ dos anos de 1891 e 1931.

A respeito da Igreja Católica, durante o regime ditatorial em Portugal, essa instituição “[...] assumiu um papel central no projeto ideológico sociopolítico do Estado” (Simpson, 2012, p.?). De acordo com Simpson (2012), entre 1933 e 1945, período de consolidação e consagração da ditadura, a Igreja estabeleceu o projeto de “regeneração nacional” corporizado pelo Estado Novo, em que foi firmada a aliança entre as instituições. Ainda segundo as investigações desse mesmo autor: “À Igreja Católica cabia assim, no modelo sociocultural projetado pelo Estado Novo, o papel de ‘integrador cultural’ da população, isto é, a parte espiritual e moral do processo de ‘regeneração nacional’” (Simpson, 2012, p. 92). Nesse momento, a Igreja Católica portuguesa e o regime ditatorial convergiam em suas premissas a respeito do destino de Portugal e, assim, a instituição religiosa foi designada como o principal instrumento que conduzia a sociedade pelos caminhos morais e do espírito.

Por outro lado, o apoio da Igreja ao regime não era unânime; setores apoiavam a ditadura e outros eram contra, assim como aconteceu no Brasil. Os setores da Igreja que estavam de acordo com as premissas do regime sofreram reações¹¹ da sociedade fundamentadas em críticas, principalmente por conta das implicações sociais, e também acerca das irregularidades do governo português (Simpson, 2012).

¹⁰ A encíclica, grau máximo das cartas pontificias, tem um âmbito universal, no qual o Papa empenha sua autoridade como sucessor de Pedro e primeiro responsável pela Igreja Católica. Disponível em: [ArqRio](#).

¹¹ O jornal *Portugal Democrático* realizou outros registros sobre as reações entre católicos e a ditadura de Portugal, apontando a postura de resistência desses. No levantamento de fontes realizado, encontramos algumas notícias sobre esse tema: “Os católicos e a democracia. Ano III, nº 20, São Paulo, Janeiro de 1959”; “Relação entre a Igreja Católica e o Estado e a liberdade dos católicos. Ano III, nº 26, São Paulo, Julho de 1959”; “Os católicos e a repressão salazarista. Ano III, nº 27, São Paulo, agosto de 1959”; “Os católicos portugueses e o regime salazarista. Ano IV, nº 32, São Paulo, Janeiro 1960”; “O Estado Novo persegue os católicos, Ano IV, nº 34, São Paulo, Março de 1960”; “Salazar e o direito penal da Igreja. Ano IV, nº 63, São Paulo, agosto de 1962”. Todas essas reportagens têm em comum o posicionamento contrário dos religiosos católicos, frente ao Estado Novo.



No Brasil, a relação da Igreja Católica com o regime militar, conforme os estudos de Sara Souza (2017, p. 15), “[...] não de apenas um catolicismo no interior da Igreja, ‘contestador e libertador’, mas de múltiplos catolicismos, cada qual enxergando a missão da Igreja de acordo com suas expectativas – ora como instituição política, ora pertencente a uma esfera mais privada”. Há de se considerar que o moralismo foi experienciado de maneira diferente em cada caso.¹²

É importante frisar como o conservadorismo e suas representações apresentam certas questões, como prescrições para as mulheres, induzindo a sociedade a entender essas normas a partir da premissa de que “tal regra sempre existiu”. Por conta disso, existe a necessidade de historicizar onde esses comportamentos se localizam, em quais contextos surgem ou são estimulados. Para esta investigação, como já mencionado, foco as atenções nas manifestações do conservadorismo nos períodos ditatoriais em Portugal e no Brasil, de modo a demonstrar que esses são localizados, históricos e passíveis de transformações. É oportuno enfatizar que as tradições e representações do conservadorismo estão vulneráveis a serem inventadas e usam da força do tempo da história para se imporem sobre as outras práticas ditas como não tradicionais (Guimarães, 2018).

Pretende-se também, com esse debate, preencher algumas lacunas existentes na historiografia sobre as contradições dos períodos ditatoriais, no que tange especificamente ao surgimento de novos costumes, combatidos pela vigilância moral. Para tanto, na investigação desenvolvida,¹³ inicialmente, observo como o movimento conservador manifestou-se em ambos os países. No entanto, essas discussões serão apresentadas em dois tópicos, nos quais trataremos sobre o Brasil e, depois, Portugal. A partir disso, visamos compreender como o uso do passado, principalmente por governos ditatoriais, teve um papel no processo de justificar o domínio e a exclusão da mulher no meio público, fundamentados em uma

¹² Outro dado importante a respeito das premissas da Igreja Católica diz respeito à atuação das freiras durante o regime militar do Brasil. De acordo com as observações da historiadora Caroline Cubas (2018), as ações das freiras ocorriam no cotidiano, através de assistências, cuidado com as feridas, esconderijos e denúncias de abusos e torturas. Refletir sobre essas atuações, tal como apontou a autora, permite que essas mulheres sejam realocadas como sujeitos históricos, já que foram renegadas da narrativa histórica por conta de seus corpos não serem vinculados à maternidade, ao patrimônio, tampouco à sexualidade.

¹³ Como comentado anteriormente, optou-se por trabalhar com os contextos do Brasil e de Portugal de forma separada, principalmente por conta da complexidade em tratar dos assuntos sem antes sinalizar as nuances de cada país. Posteriormente, procuramos evidenciar as semelhanças e diferenças.



“naturalização” da visão de espaço político como masculino e espaço privado como feminino.

Reflexões sobre o conservadorismo brasileiro

Em 2017, enquanto entrevistava Raquel¹⁴ na cidade de Salvador, uma de suas falas chamou atenção: a necessidade imposta por sua família de casar e ter filhos, em detrimento do seu sonho de cursar Ciências Biológicas na Universidade Federal da Bahia.

Quando sai do ensino médio, antigo colegial, minha família, que é uma família patriarcal e posso dizer bem-sucedida, achava inadmissível que eu mulher não estivesse pensando em casar e ter filhos, constituir uma família, e olhe que na época eu tinha por volta dos 23 e 24 anos, ou seja, eu naquela época me achava muito jovem para estar pensando nessas coisas. Eu me lembro que meu pai, ainda fez alguns anúncios dentro de casa sobre rapazes solteiros e boa índole, que era filho dos amigos dele e que eu **deveria** conhecer. Minha sorte é que sempre fui muito incisiva dentro de casa, eu tinha muito respeito com eles, minha mãe e meu pai, mas isso de casamento arranjado eu achava muito estranho e não aceitei, mas foi a base de muita conversa (Raquel, 2017, *grifo nosso*).

De acordo com essa fala da militante, que narrou sobre os meados da década de 1960, analiso como a preocupação com a moral e os bons costumes¹⁵ era um elemento presente na vida privada. Quando Raquel alerta que provém de uma família patriarcal, ou seja, onde a autoridade paterna prevalece de forma unânime, e que também veio de um lugar social, descrito por ela como bem-sucedido, ela demarca a condição estrutural na qual convivia e de que meio provinha. Além disso, pode-se observar a pressão de seu pai em fazer pronunciamentos a respeito de “rapazes solteiros e de boa índole” para vir a conhecer sua filha, como uma tentativa de manter o estado presente das coisas, por um determinado momento, na organização familiar, e também dos costumes e moralismos vigentes.

O moralismo servia de parâmetro para regular e normalizar os corpos e comportamentos dissidentes. De acordo com Iamashita (2017, p. 2):

[...] a moral é definida como um conjunto de valores de uma determinada sociedade, eles expressam uma criação humana temporal, portanto mudam, são ressignificados conforme interesses políticos emergentes, bem como são reinventadas estratégias discursivas legitimadoras de ‘novos’ valores, ou de defesa dos antigos.

¹⁴ Como colocado anteriormente, o intuito é considerar as especificidades e características de cada militante e garantir o anonimato, pela utilização de nomes fictícios.

¹⁵ A respeito da moral e dos bons costumes, alguns caminhos acadêmicos já foram trilhados, a saber: Teodoro & Chaves, 2021; Santos, 2021; Quinalha, 2021.



Os rigorosos valores morais estavam sendo colocados em alerta, tanto pela “ameaça comunista” quanto pelas transformações comportamentais experienciadas na época, tais como a sexualidade e a organização familiar. Uma das formas de reação do conservadorismo da época foram as “Marchas da Família, com Deus pela Liberdade”, majoritariamente organizadas por coletivos/entidades femininas e conduzidas pelo clero (Setemy, 2018).

Conforme Aline Presot (2004, p. 16) aponta: “A propaganda organizada para a Marcha buscava a adesão da população utilizando-se de valores e elementos simbólicos como o amor à pátria, o respeito à democracia, a defesa da família e das liberdades políticas”. Presot (2004) comenta sobre a linguagem apelativa que foi utilizada nos meios de comunicação para angariar adeptos e as palavras de ordem, tais como: “em nome da fé” e “em nome da família”, com tentativas de comover a sociedade para os atos de protesto. Para ela: “A própria palavra marcha possui em si um sentido especial, que compreende um movimento orientado, cadenciado, disciplinado” (Presot, 2004, p. 17). Ainda sobre essa discussão, Solange Simões (1985, p. 94), a respeito das bases fundantes da Marcha, afirma que

Independente das origens da ideia ou das razões que inspiraram essas grandes manifestações, elas encaixam-se perfeitamente nas táticas de arregimentação popular até então desenvolvidas pelos conspiradores. Estes imediatamente passaram a articular todas as suas forças – empresários, estudantes, operários, jornalistas, padres e mulheres – em torno das notórias ‘Marchas da Família com Deus pela Liberdade’. Essas marchas espalhavam-se por todo o país antes e depois do golpe, mobilizaram milhões de pessoas de Belém a Porto Alegre e tornaram-se peculiares na nossa história, não apenas pelo volume de manifestantes, mas especialmente pelos recursos materiais e ideológicos utilizados na arregimentação popular para a ação política.

De acordo com Ediane Lopes de Santana (2009), em suas investigações não foram observadas articulações institucionalizadas das Marchas da Bahia com o movimento nacional no período que antecedeu o golpe militar de 1964. Essas conexões vieram a acontecer a partir da Deputada Estadual Ana Oliveira,¹⁶ do Partido Libertador (PL), que foi a primeira mulher a empenhar-se em convocar as baianas para fazerem parte das mobilizações nacionais, segundo

¹⁶ “Deputada Ana Oliveira nasceu no município de Serrinha e foi eleita pela primeira vez em 1962, através da Aliança Trabalhista, constituída pelo Partido Trabalhista Brasileiro, o Partido Republicano e o Libertador. Anteriormente, havia se candidatado, em 1954 e 1958, pelo Partido Libertador, sem conseguir se eleger. Posteriormente, foi reeleita em 1966, 1970 e 1974, totalizando 16 anos de mandatos consecutivos. Anteriormente, havia sido vereadora em Juazeiro, durante quatro legislaturas. Seu primeiro mandato eletivo foi em 1934, logo depois que as mulheres conquistaram o direito de voto. Vinculada aos grupos oligárquicos baianos, em especial ao Senador Luís Viana Filho, apoiou imediatamente o golpe militar. Exerceu diversos postos de direção na Assembleia Legislativa da Bahia” (Costa, Santana & Sobral, 2005, p. 141).



o jornal *A Tarde* (21/03/1964). Outras mulheres da Bahia se destacaram durante as mobilizações da Marcha, como Suzana Teixeira Imbassahy (recebeu o sobrenome de Imbassahy por ter sido casada com Osvaldo Imbassahy, tio do ex-prefeito de Salvador Antônio Imbassahy) e a esposa do governador do Estado, Hildete Lomanto. Outras mulheres, desconhecidas da imprensa, tiveram visibilidade com o objetivo de adentrar à luta para representarem seus maridos (Costa, Santana & Sobral, 2005). É importante salientar, sobre o intuito de promover a atuação dessas mulheres como figura alegórica das organizações das marchas. Segundo Simões (1985, p. 96)

Às mulheres que passaram à história como idealizadoras e líderes das marchas estendeu-se também a responsabilidade principal por todas as campanhas de arregimentação popular (e principalmente de classes médias) que visavam desgastar o nacional-reformismo. Foram, em consequência, repetida e insistentemente aclamadas por generais, políticos e jornalistas como a vanguarda de todo o movimento que, pretendiam eles, teria desencadeado o golpe militar.

Além dessa responsabilidade, de acordo com Simões (1985, p. 96), foram atribuídos papéis fundamentais a essas mulheres no que tange ao sucesso do golpe, tais como: “[...] terem sido as primeiras a agir; terem encorajado ‘homens sem coragem’; terem incentivado e apelado para as Forças Armadas”. Ou seja, essas mulheres tornaram-se as guardiãs da família tradicional e dos valores éticos que a sociedade brasileira deveria seguir.

De acordo com as análises de Presot (2004, p. 24), não foram apenas os católicos que manifestaram sua fé religiosa: “[...] entre padres e freiras, que carregavam uma enorme cruz verde-amarela, e senhoras portando estandartes com a inscrição ‘com este sinal [da cruz] venceremos’, marchavam, pastores, espíritas, rabinos e umbandistas”, o objetivo era “universalizar” o movimento, para que pessoas de todas as crenças adentrassem nas Marchas.

Conforme demonstram os estudos realizados, essas marchas: “[...] constituíram-se em um espaço de atuação política para as mulheres, embora esse tenha tido um caráter conservador e de manutenção de velhos papéis patriarcais” (Costa, Santana & Sobral, 2005, p. 146). Isto é, embora as mulheres tenham participado, realizado mobilizações, panfletagens e lideranças nas organizações do movimento, elas conseguiram irromper na política, um espaço substancialmente designado ao masculino. Contudo, saliento que essa dinâmica de ingresso das mulheres na política foi possível, principalmente, através das fronteiras com a maternidade. Essas ações podem ser refletidas como extremamente contraditórias, visto que:

[...] estas ‘características femininas’, que condenam a mulher ao mundo privado, contraditoriamente, levaram as mulheres brasileiras, nesse momento, a atuar no



mundo público. Esse tipo de prática é identificado pelas diversas correntes teóricas do feminismo como maternalismo, isto é, como uma construção de gênero, estabelecida desde a diferença sexual feminina, reconhecendo e definindo as mulheres por sua capacidade reprodutiva (Costa, Santana & Sobral, 2005, p. 148).

Sendo assim, homens e maridos, fundamentados em sua condição social enquanto o sexo provedor e aproveitando-se dos recursos ideológicos, cederam espaços políticos para a atuação daquelas mulheres (Simões, 1985). Ainda a respeito das atividades políticas elaboradas por elas, concorda-se quando afirmam que:

Nesse processo político, a posição de destaque se dava de forma tradicional, perpetuando seu lugar de subordinada. Não havia uma perspectiva emancipatória que permitisse às mulheres ocupar um papel social de mais autonomia, que promovesse uma política igualitária para as mulheres. Ao deixarem de ser úteis ou necessárias ao novo regime, agora vitorioso, com o respaldo popular entre as classes médias garantindo, as mulheres são desestimuladas ou obrigadas a retornarem ao lar e à sua invisibilidade política, sem que houvesse mudado sua condição de subalternidade. Não há registro de mulheres que conseguiram permanecer no espaço público, ocupando um papel de liderança. Na Bahia, apenas a Deputada Ana Oliveira, que já vinha de uma longa trajetória política, ocupando cargos legislativos e executivos, permaneceu com destaque na esfera pública. Todas as outras, inclusive Hildete Lomanto, retornaram à invisibilidade do cotidiano doméstico e privado (Costa, Santana & Sobral, 2005, p. 148).

Ressalta-se que essa posição de destaque, a partir das perspectivas tradicionais e da maternidade, não foi exclusividade apenas dos movimentos do meio conservador. Esse fenômeno também foi experienciado por mulheres que percorreram direções, anseios e lutas diferentes daquelas que se mobilizavam nas Marchas. Em relação às participantes que marcharam em prol da vigilância dos bons costumes, não se torna viável determinar “[...] que elas permaneceram imunes às possibilidades de aprendizagem que a participação política apresenta, [...] de desenvolverem uma visão crítica sobre o caráter desses movimentos” (Costa, Santana & Sobral, 2005, p. 150).

Outro instrumento que representa as reações da ideologia do conservadorismo no Brasil foi a associação civil de âmbito nacional, a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), composta apenas por militares do sexo masculino, cujos objetivos se concentravam em: “[...] combater a vaga do socialismo e do comunismo e ressaltar, a partir da filosofia de São Tomás de Aquino e das encíclicas, os valores positivos da ordem natural, particularmente a tradição, a família e a propriedade” (Setemy, 2018, p. 178). De acordo com Monica Kornis & Thomas Ferdinand Heye (2009), que escreveram sobre a TFP no *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, tal associação foi



fundada em 1960 por Plínio Corrêa de Oliveira,¹⁷ com o apoio dos bispos Dom Antônio de Castro Mayer, da cidade de Campos (RJ), e Dom Geraldo Proença Sigaud, da cidade de Diamantina (MG). A TFP integrava a principal corrente ideológica dentro da Igreja no início da década de 1960 e foi a primeira organização de resistência, no que tange aos aspectos sociais defendidos por essa instituição, além da Associação Católica Brasileira (ACB). Ainda segundo os estudos realizados por Kornis & Heye (2009), a respeito da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade:

A ação da TFP junto à opinião nacional é desenvolvida através de constantes campanhas públicas em defesa da família monogâmica e indissolúvel e da propriedade privada, bem como do ataque ao comunismo e ao socialismo, qualificados de ‘elementos perturbadores da ordem natural das coisas’. Essas campanhas se realizam através da coleta de assinaturas em apoio às petições da organização, destinadas a sensibilizar as autoridades eclesiais, civis e militares para seus objetivos. Quando em campanha, os militantes da TFP — apenas homens — postam-se nas ruas mais movimentadas ou na frente das igrejas, envergando capas púrpuras sobre ternos escuros e empunhando estandartes com o emblema da organização. Fazendo uso abusivo de megafones, procuram convencer os passantes a assinar seus manifestos¹⁸ (Kornis & Heye, 2009).

Assim, pelo fato de defender esses ideais, a TFP foi vista em muitos momentos como ultrapassada e, de maneira pejorativa, intitulada como seita, grupo fanático, milenarista, etc. (Zanotto, 2010). Com base nas análises de Zanotto (2010), essas perspectivas a respeito da TFP minimizam o desempenho político, social e cultural da instituição, como também sua atuação em prol da manutenção dos valores tradicionais. Nisbet (1987, p. 121) argumenta que “[...] em larga medida, o apoio conservador à religião baseava-se na crença bem fundamentada de que os seres humanos, uma vez que se libertem da ortodoxia, estão sujeitos a sofrer uma certa perturbação, uma perda de equilíbrio”. Em outras palavras, o enaltecimento da moralidade e da religião representa um dos eixos de sustentação para a sociedade e o Estado.

¹⁷ Segundo as investigações de Zanotto (2010, p. 89), “Plínio Corrêa de Oliveira nasceu em São Paulo/SP em 1908. Sua militância católica iniciou nos anos 20 como integrante da Congregação Mariana na Paróquia de Santa Cecília, e se estendeu até seus últimos dias, tendo participado ativamente de atividades de inspiração cristã, como a fundação da Ação Universitária Católica – AUC na Faculdade de Direito, onde estudava (1929); a criação da Liga Eleitoral Católica – LEC (1932); deputado federal na Assembleia Constituinte (1934-1937); diretor do jornal O Legionário, Órgão da Congregação Mariana de Santa Cecília transformado em porta voz oficioso da Arquidiocese de São Paulo (1933-1947); presidente da Junta Arquidiocesana da Ação Católica Paulista (1940-1943); orientador e inspirador do mensário de cultura Catolicismo (fundado em 1951); fundador e presidente vitalício da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade TFP (1960-1995). Plínio Corrêa de Oliveira faleceu aos 86 anos na cidade de São Paulo em decorrência de um câncer de fígado, ‘em odor de santidade’, segundo seus sequazes”.

¹⁸ Para maiores informações, consultar: [CPDOC](#).



A TFP possui inúmeras dimensões peculiares, e nessa breve apresentação, inclino argumentos a respeito da sua atuação pública como entidade civil, e não apenas como movimento católico. Considero também que as ações realizadas tanto pelas “marchadeiras”, quanto pelos militantes da TFP sinalizam o moralismo fortemente instaurado na sociedade brasileira da década de 1960, e podem ser interpretados a partir da cultura política, em prol da preservação dos valores tradicionais e da vigilância dos bons costumes que, por sua vez, foram alvo de questionamentos e resistência por parte de outros setores da sociedade (Setemy, 2018).

Outro ponto de interesse neste estudo concentra-se na Constituição de 1967, já que ela foi utilizada como instrumento político de legitimação dos valores civis da sociedade. O interesse não é afirmar que a Constituição era conservadora, mas sim, a partir de reflexões amparadas teoricamente, apontar determinados artigos como manifestações do conservadorismo na sociedade. Para Setemy (2018), além da Constituição de 1967, o governo autoritário utilizou como ferramenta de poder os Atos Institucionais, publicados entre 1964 e 1970, a Lei de Imprensa de 1967 e também a Lei de Segurança Nacional que:

Quando vistos em conjunto demonstram que a censura à imprensa foi implantada aos poucos, de acordo com uma dinâmica que combinava, simultaneamente, o recrudescimento do controle sobre a sociedade civil e a tentativa de garantir uma imagem positiva para o regime (Setemy, 2018, p. 182).

O emprego de mecanismos de controle¹⁹ estava no contexto da efervescência da década de 1960. A repressão não se limitou apenas ao meio político; havia forte intervenção do moralismo, dissonante da “revolução dos costumes”, que tornava o ambiente apreensivo para os indivíduos que contestavam os padrões prevalecentes, como dito anteriormente.

As investidas de vigilância moral contra a liberdade de expressão e a censura culminaram na vigência do governo de Castelo Branco, no Ato Institucional Número Dois, autenticado em 27 de outubro de 1965, que ressalta: “A revolução está viva e não retrocede. Tem promovido reformas e vai continuar a empreendê-las, insistindo patrioticamente em seus propósitos de recuperação econômica, financeira, política e moral do Brasil”. Essas

¹⁹ Tomo emprestado o conceito de Althusser, quando afirma que, ao longo da trajetória histórica, esses componentes se apresentaram como instrumentos fundamentais, não apenas para influenciar a consciência coletiva, mas também para fortalecer o domínio político. Com base nas pesquisas de Althusser, o regime autoritário brasileiro fez uso tanto dos Aparelhos Ideológicos de Estado, mediante a disseminação de ideologias, quanto dos aparelhos repressivos, empregando a violência como meio de modelar a consciência coletiva e sustentar o controle político. Ao investigar essas táticas, é possível inferir que a censura não se restringia apenas à repressão direta, mas também incluía a promoção ativa de determinadas ideologias que respaldavam o regime (Althusser, 2023).



manifestações visavam legitimar e decidir o que deveria ser proibido, evitado ou considerado anormal e, portanto, autorizando o que poderia ser seguido, bem como o que é correto e decente, como afirmam Piovezan & Fontoura (2015). Esses dispositivos de poder não apenas analisavam o que carecia ser proibido ou aprovado na sociedade, mas controlavam, através das repressões, o que era passível de ser silenciado e censurado.

Destaca-se a lei ordinária que “[...] regula a liberdade de manifestação do pensamento e informação”, com o número 5.250, no dia 9 de fevereiro de 1967. No que diz respeito ao moralismo e à vigilância dos costumes, fica explícito que

Art. 2º É livre a publicação e circulação, no território nacional, de livros e de jornais e outros periódicos, salvo se clandestinos (art. 11) ou quando atentem contra a moral e os bons costumes.

[...]

Art. 17º. Ofender a moral pública e os bons costumes:

[...]

Art. 61. [...] § 6º Nos casos de impressos que ofendam a moral e os bons costumes, poderão os Juizes de Menores, de ofício ou mediante provocação do Ministério Público, determinar a sua apreensão imediata para impedir sua circulação.

Nas preocupações do Estado, assim como os discursos produzidos em referência às metas de desenvolvimento do regime, sempre eram inclusos a proteção à moral pública e privada e aos bons costumes, que eram instituídos como fundamentais para a ordem comum. O que prevaleceu, segundo a perspectiva autoritária, foi o controle não apenas do sistema político, mas da sociedade como um todo, que, por sua vez, também atuava com práticas ameaçadoras contrárias “[...] a ordem sexual, a família tradicional e os valores éticos que, supostamente, coesionavam a sociedade brasileira” (Quinalha, 2017, p. 8).

O furor intransigente do Estado também promulgou o decreto-lei de número 1.077, no dia 26 de janeiro de 1970, que fazia referência ao moralismo e à vigilância dos padrões, nos quais eram considerados em seu preâmbulo, pelo presidente da República, Emílio G. Médici, as seguintes atribuições

[...] que a Constituição da República, no artigo 153, § 8º dispõe que não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos costumes;

[...], todavia, que algumas revistas fazem publicações obscenas e canais de televisão executam programas contrários à moral e aos bons costumes;

[...] que se tem generalizado a divulgação de livros que ofendem frontalmente à moral comum;

Ficou estabelecido no mesmo decreto-lei que:

Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.

[...]



Art. 3º Verificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o Ministro da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e a apreensão de todos os seus exemplares.

Essas concepções impactavam não apenas a divulgação midiática de revistas e livros, mas tudo que envolvesse desejos sexuais e comportamentos que não seguissem o dito “padrão comum”. Tratava-se de imposições estatais que visavam designar os ideais moralizantes, fundamentados na notória atuação da censura, que estavam sendo defendidos por uma deliberada parte da sociedade brasileira do período (Piovezan & Fontoura, 2015).

O regime militar, no tocante às suas estipulações, apresentava um significado importante do que era ou não imoral. Para Piovezan & Fontoura (2015, p. 2411), dentro da perspectiva dos militares governantes do período, a imoralidade direcionava-se a “um plano subversivo” que colocava “em risco a segurança nacional”. Setemy (2019, p. 111) ressalta que

Sem dúvidas, os conflitos socioculturais que caracterizavam a década de 1960 interferiram na relação entre o regime militar e o conjunto da sociedade brasileira, pois mesmo se tratando de um governo de caráter autoritário a sua instalação e seu funcionamento esteve diretamente relacionado aos conflitos e antagonismos existentes entre os diversos grupos sociais.

Isto é, o autoritarismo, motivado a partir do prisma da moralidade, visava controlar, por meio da censura, não apenas as discussões passíveis de serem aceitas, mas também os comportamentos e costumes. Em uma sociedade “dividida” por contradições, os setores mais conservadores recorriam ao Estado (como vimos nas discussões anteriores) com a intenção de salvaguardar os bons costumes e a manutenção da família tradicional, enquanto outra parte da sociedade, composta mais expressivamente por grupos da classe média, buscava contrapor os padrões que estavam alicerçados no conservadorismo da sociedade do período (Setemy, 2019).

Discorre-se a seguir sobre a experiência da manifestação da ideologia conservadora em solo português, durante o regime ditatorial.

Observações sobre o conservadorismo português

Durante o regime ditatorial português, conhecido como o Estado Novo, muitos foram os esforços dos militares para construir e desenvolver uma imagem ideológica do país que funcionasse como um elo para que toda a população se identificasse com as características de sua nação. Nesse sentido, Paula Morais (2005, p. IV) afirma que



Recuperando uma imagem de Portugal que, desde sempre, tem acompanhado o percurso evolutivo deste país, o Estado Novo difunde-o como algo novo e impossível de ser questionado ou refutado uma vez que esse construto emana dos detentores do poder e, por isso mesmo, ele é visto como legítimo.

Assim como outros sistemas totalitários de poder existentes na época, o regime de Portugal também se posicionou como legítimo, buscando justificativa e simbolismo no nacionalismo, assim como na figura idealizada do líder. Para além dos objetivos de unificar toda a população e fundir-se como algo novo (daí origina-se o termo Estado Novo), esse regime, que afirmava ser protegido por Deus, utilizava sua capacidade de autoridade para silenciar e deslegitimar, por meio da censura, quaisquer manifestações de pensamento que lhe fossem opostas (Morais, 2005).

Deste modo, o governo português edificou seu poderio a partir do totalitarismo em diversas frentes, especialmente admitindo o controle do homem sobre a mulher com base em legislações, como podemos observar nas palavras de Ana Vicente (1994, p. 376):

Quanto à transposição para o legislativo, nada foi deixado ao acaso. A título de exemplo, até 1969 as mulheres casadas não podiam sair do país sem autorização do marido reconhecida notarialmente, e até 1974 os maridos podiam abrir a correspondência da mulher. Até 1974, as mulheres não podiam ser admitidas nas carreiras da magistratura nem da diplomacia.

É salutar evidenciar que considero que a afirmação da autora não caracteriza especificamente a ideologia conservadora, mas sim a forma como ela se manifesta a partir das bases legais para atingir o espaço privado. Além disso, o autoritarismo masculino também foi respaldado pelo Código Civil de 1967. O artigo nº 1674, sobre o Poder marital, afirma: “O marido é o chefe da família, competindo-lhe nessa qualidade representá-la e decidir em todos os actos da vida conjugal comum, sem prejuízo do disposto nos artigos subsequentes” (Portugal, 1967).

A partir desse documento, é possível identificar como o controle do homem sobre a mulher, na figura do marido (tal como foi apontado nas campanhas eleitorais discutidas anteriormente), era justificado e respaldado, estabelecendo que as relações deveriam ser baseadas na soberania masculina, sem admitir que a mulher tomasse decisões na vida conjugal.

Em relação a essa base legislativa, podemos refletir: será que a legislação legaliza práticas já comuns? Ou amplifica para toda a sociedade os costumes de um determinado grupo? É conveniente apontar que, devido à diversidade de famílias, raça e classe social, ou



seja, a interseccionalidade (Davis, 2016; Akotirene, 2019), não é possível indicar que determinadas práticas fossem comuns a toda a população. É mais viável, por conta da diversidade de fatores, caminhar a partir da assertiva de que para o governo a escolha mais potente seria amplificar os costumes de um determinado grupo para toda a sociedade, pautado na legislação.

Em Portugal, o regime ditatorial (1933-1974) não escondeu suas pretensões no que diz respeito ao lugar que a mulher deveria ocupar na sociedade e qual deveria ser sua conduta, tanto no meio público quanto no privado, onde o marido a representava e decidia todos os atos da vida conjugal. A institucionalização da ideologia conservadora visava coibir tudo que fosse estabelecido como imoral pelo regime, através de leis e repressões fundamentadas na índole de um cidadão ideal que perpassa por diversas nuances, incluindo um modelo específico de comportamento e sexualidade (Piovezan & Junior, 2015).

Ainda no debate sobre as legislações portuguesas e a manutenção de costumes tradicionais, a Constituição de 1933 (que regeu os anos de ditadura em Portugal) enunciou no artigo 5º a igualdade dos cidadãos perante a lei e ressaltou as diferenças em relação às mulheres.

A igualdade perante a lei envolve o direito de ser promovido nos cargos públicos, conforme a capacidade ou serviço prestado, e a negação de qualquer privilégio de nascimento quanto à mulher, as diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família, e, quanto as vantagens aos encargos ou vantagens dos cidadãos, as impostas pela diversidade das circunstâncias ou pela natureza das coisas (Portugal, 1933, Artigo 5º).

A Constituição endossou as desigualdades de gênero. Essa concepção estava baseada nas mensagens prescritas pela Igreja Católica, nas encíclicas *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo anno* (1931). A encíclica de 1891 enunciava que:

Trabalhos há também que se não adaptam tanto à mulher, a qual a natureza destina de preferência aos arranjos domésticos, que, por outro lado, salvaguardam admiravelmente a honestidade do sexo, e correspondem melhor, pela sua natureza, ao que pede a boa educação dos filhos e a prosperidade da família (*Rerum Novarum*, 1891).

Perpassando sobre o mesmo teor da natureza da mulher, a encíclica do ano de 1931 afirmava que:

As mães de família devem trabalhar em casa ou nas suas adjacências, dando-se aos cuidados domésticos. É um péssimo abuso, que deve a todo o custo cessar, o de as obrigar, por causa da mesquinhez do salário paterno, a ganharem a vida fora das paredes domésticas, descurando os cuidados e deveres próprios e sobretudo a educação dos filhos. Deve pois procurar-se com todas as veras, que os pais de



família recebam uma paga bastante a cobrir as despesas ordinárias da casa (*Quadragesimo Anno*, 1931).

As encíclicas também buscaram justificar seu poderio sobre a mulher, acrescentando ideias de que à mulher, naturalmente destinada aos trabalhos domésticos e ao cuidado materno, também deveria ser devotada à pátria e ocupar-se da “do ‘governo doméstico’” (Cova & Pinto, 1997, p. 72). Dessa forma, observam-se as perspectivas morais justificadas nas encíclicas, que também atribuíam à família tradicional um elemento primordial da sociedade, cabendo à mulher a tarefa exclusiva de cuidar e manter o ambiente privado. É possível observar como a ideologia conservadora manifestou suas reações, restringindo as liberdades das mulheres e condicionando-as a uma única função. Mais uma vez, percebe-se a tentativa do governo de impor práticas de um determinado grupo a toda a população.

Em 1961, surgiu a polêmica em torno da *Carta a uma Jovem Portuguesa*, da Universidade de Coimbra. Essa problemática oferece subsídios para refletir sobre as reações ao conservadorismo da época no ambiente universitário. Segundo Bebiano & Silva (2004), a carta, escrita por Arthur Marinha Campos (que assinou como um semianônimo), foi influenciada pela leitura do livro *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir (1949), e buscava contrapô-la.

A indignação dos setores mais conservadores da sociedade motivou a escrita da carta, que se transformou em um manifesto. Observa-se que o intuito era propor o debate acerca dos costumes e da moral sexual em um ambiente induzido pela ideologia conservadora, legitimado pelo regime do Estado Novo. Destaca-se que tal polêmica encontrou origem dentro do ambiente estudantil, porque esperava-se que ali a mulher pudesse dispor de pouca autonomia e independência.

Não sou um guia nem observador junto de uma realidade juvenil, a quer compreender e a quer afirmar-se. Por essa afirmação eu quero combater. A minha realidade é igual à tua. Somos jovens. A minha liberdade não é igual à tua. Separa-nos um muro, alto e espesso, que nem tu nem eu construímos. A nós rapazes, de viver do lado de cá, onde temos uma ordem social que em relação a vós nos favorece. Para vós, raparigas, o lado de lá desse muro; o mundo inquietante da sombra e da repressão mental. Do estatismo e da imanência. Só nos é permitido atravessar o muro para escolhermos. E eu escolho a ti jovem portuguesa. Tu que estás submissa e passiva no canto onde te procuro. Tu que tens os olhos azuis ou negros. Como saber? Tu vens cega e só porque sabes que tens de vir. [...]. Tu que vens abúlica e absorvente para eu moldar; que esperas que eu diga para eu dizeres; que ingenuamente finges, porque te ensinaram que a verdade é mentir. Tu para quem o amor é passividade, dever e obrigação. Tu vítima de todos nós e de ti mesmo. Tu vítima do nosso desejo não concretizado e, portanto, falseado e iludido.



[...] Tu que eu não quero escolher mas, tenho de querer escolher. Tu. Jovem portuguesa (Carta a uma Jovem Portuguesa, 1961, p. 1).

Figura 3 - Carta a uma jovem portuguesa



Fonte: Órgão da Associação Académica de Coimbra, 1961.

Nesta “Carta”, a mulher é caracterizada como uma figura dominada, que “[...] está submissa e passiva no canto onde te procuro”, principalmente devido ao cenário social em que se encontrava. Sua vivência universitária está restrita a um estado de subserviência e passividade absoluta: absoluta “[...] vens abúlica e absorvente para eu moldar; que esperas que eu diga para eu dizeres; que ingenuamente finges, porque te ensinaram que a verdade é mentir” (Órgão da Associação Académica de Coimbra, 1961). No texto, também é declarado a respeito da diferença das liberdades:

Separa-nos um muro, alto e espesso, que nem tu nem eu construímos. A nós rapazes, de viver do lado de cá, onde temos uma ordem social que em relação a vós nos favorece. Para vós, raparigas, o lado de lá desse muro; o mundo inquietante da sombra e da repressão mental (Órgão da Associação Académica de Coimbra, 1961).

Comenta-se sobre as dificuldades de convivência do cotidiano, das injustiças e da negação do desejo dos corpos, mencionadas na passagem: “Tu vítima do nosso desejo não concretizado e, portanto, falseado e iludido. [...] Tu que eu não quero escolher mas tenho de querer escolher. Tu. Jovem portuguesa” (Órgão da Associação Académica de Coimbra, 1961). A partir das discussões propostas por esse documento, é possível identificar os



entraves sociais ocasionados pela manifestação da ideologia conservadora na vida da mulher portuguesa universitária.

Outro documento usado para refletir sobre as representações do conservadorismo expõe como as mulheres portuguesas reagiram ao moralismo e à censura impostos pelo regime na sociedade, empregando a palavra escrita como ferramenta de resistência.

A apreensão do livro e o processo instaurado contra as "Três Marias" (Maria Velho da Costa, Maria Isabel Barreno e Maria Teresa Horta), em 1972, como ficaram conhecidas, provocou uma notável rede de apoio internacional na história da literatura portuguesa, com protestos e manifestações motivadas pela causa. Esses pronunciamentos em prol da publicação das *Novas Cartas Portuguesas* e também das autoras atingiram meios de comunicação internacionais, tais como o *The Times* e o *Le Nouvel Observateur*, entre outros. Alcançou reconhecimento em embaixadas de Portugal no estrangeiro, e as manifestações foram apoiadas por nomes como Simone de Beauvoir, Marguerite Duras, Doris Lessing, Iris Murdoch e Stephen Spender, o que intensificou o interesse pelas investigações e conduziu o caso a ser votado em uma conferência financiada pela *National Organization for Women* (NOW),²⁰ como a primeira causa feminina internacional.²¹

Em depoimento prestado ao jornal *A Capital*, em 17 de maio de 1972, as autoras comentam sobre a elaboração do livro:

Apareceu-nos a ideia do livro a três. Procurar explicar todos os porquês disso, o que vinha do conhecimento do que tínhamos umas das outras, das nossas simpatias ou empatias, ou antipatias, é impossível e talvez desnecessário. A ideia de uma experiência a três foi a razão principal; tão-pouco estamos todos habituados e crentes em experiências colectivas, que um consentimento espontâneo, sem reservas, foi logo uma condição de fratria (*A Capital*, 1972).

As autoras foram censuradas por terem abordado, em seus 120 textos (incluindo cartas, poemas, relatórios, textos narrativos, ensaios e citações), temas que eram cruciais para a política daquele período, tais como a guerra, a violência, a discriminação, a feminização da pobreza, a (ausência de) liberdade, a colonização do corpo político, a imigração, a marginalização das minorias, entre muitas outras questões que sugeriam reflexões profundas, direcionadas, sobretudo, em favor da mulher e dos subalternizados.

²⁰ De acordo com as informações contidas na *Encyclopedia Britannica*, a *National Organization for Women* (NOW), é uma entidade feminista estadunidense fundada em 1966 por Pauli Murray & Betty Friedan, entre outras, com o objetivo de lutar pelos direitos femininos e promover a igualdade de gênero. É o maior grupo feminista dos Estados Unidos, com cerca de 500.000 membros no início do século XXI.

²¹ Informações sobre as *Novas Cartas Portuguesas*. Disponível em: [Novas Cartas Portuguesas | 40 anos depois.](#)



Os textos que integram as *Novas Cartas Portuguesas* promoveram a possibilidade de revolução no uso da linguagem, por meio de uma nova compreensão de humanidade e da consciência social (Menezes, 2015). A publicação também sofreu retaliações sob a acusação de divulgação de pornografia e ofensa à moral pública (Tavares, 2008).

Algumas considerações

A partir das ponderações apresentadas nos dois excertos anteriores, é possível estabelecer uma breve análise comparativa através das dinâmicas estabelecidas e do caráter das manifestações da ideologia conservadora.

Quanto às manifestações, pode-se inferir que, enquanto no Brasil observa-se uma frente de atuação formada em grande maioria por mulheres que participaram das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, visando, a partir dos discursos, defender a família e a instituição religiosa, em Portugal, as mulheres também tiveram atuação, mas sob outra perspectiva, manifestando aversão às práticas conservadoras com base na publicação do livro *Novas Cartas Portuguesas*, em que as autoras sofreram fortes retaliações da sociedade pelos conteúdos abordados.

Outra observação sobre as manifestações do conservadorismo é o uso do poder legislativo para afirmar as premissas morais do regime, empregado em ambos os países. Leis que endossavam práticas de um determinado grupo social com a finalidade de difundir esses preceitos para toda a sociedade. Compreende-se que a ideologia conservadora em Portugal, durante o regime do Estado Novo, manifestou-se de diversas formas e em ambientes diferentes, principalmente endossada pelo regime ditatorial, conforme apresentado.

No que tange à Igreja e às manifestações do conservadorismo, ambos carregam a postura de que a Igreja Católica estava permeada por grupos que apoiavam o regime e outros que reagiam contra as propostas do governo e o posicionamento da instituição. No Brasil, os jovens conquistaram espaço nos grupos católicos, sendo até possível considerar que a Juventude Universitária Católica (JUC) tornou-se uma das primeiras experiências de militância para esse grupo social, originando os movimentos estudantis. Em Portugal, as reações dos grupos católicos que não apoiavam determinadas posturas de outros grupos da Igreja relacionados ao regime foram sentidas em manifestações da população nas ruas portuguesas.



Referências

Akotirene, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

Althusser, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. São Paulo: Paz & Terra, 2023.

Arendt, Hanna. **Origens do totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

Beauvoir, Simone de. **O Segundo Sexo**: fatos e mitos, vol. 1 (1949). Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

Bebiano Rui & Silva Alexandra. A reidentificação do feminino e a polémica sobre a Carta a uma Jovem Portuguesa. **Revista de História das Ideias**, 2004.

Besse, Susan. **Modernizando a desigualdade**: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914-1940). São Paulo: Edusp, 1999.

Cádima, Francisco Rui. **Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa**. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

Cavaco, S. Imprensa portuguesa no fim do Estado Novo: consumo e contextos. **Media & Jornalismo**, v. 19, n. 35, p. 85-100, 2019.

Costa, Ana Alice Alcântara; Santana Ediane & Sobral Rebeca. As mulheres e as Marchas da Família com Deus pela democracia e pela liberdade na Bahia. In: Motta, Alda Britto da; Azevedo Eulália Lima & Gomes, Márcia (Orgas.). **Reparando a falta**: dinâmica de gênero em perspectiva geracional. Salvador: UFBA, 2005.

Corbin, Alain; Courdine, Jean-Jacques & Vigarello, Georges (Orgs). **História da virilidade**. (3. A virilidade em crise? Séculos XX-XXI). Petrópolis: Ed: Vozes, 2013 .

Cova, Anne & Pinto, António Costa. O salazarismo e as mulheres: uma abordagem comparativa. **Penélope**, n. 17, p. 71-94, 1997.

Cunha, Maria Teresa Santos. Os dizeres das regras: Um estudo sobre manuais de civilidade e etiqueta. In: **III Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2004, Curitiba/PR. CD Rom/ III Congresso Brasileiro de História da Educação. Curitiba: PUC/PR e SBHE, 2004. v. 1. p. 60-75.

Cubas, Caroline Jaques. **Do hábito à resistência: freiras em tempos de ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018. v. 1. 223p.

Davis, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.



Guimarães, Bruno Menezes Andrade. Em nome da moral e dos bons costumes: notas para pensar pesquisas em comunicação, política e bancada evangélica. *In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*. Joinville: **Anais do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2018.

Iamashita, Léa Maria Carrer. Moralismo e Nacionalismo nos projetos educacionais do Brasil na Primeira República. *In: XXIX Simpósio Nacional de História*. Brasília: **Anais da XXIX ANPUH**, 2017.

Leão III. **Carta Encíclica Rerum Novarum**. Vaticano. 1891.

Kornis, Mônica; Heye Thomas Ferdinan. Sociedade brasileira de defesa da tradição, família e propriedade. Verbete. [CPDOC](#), 2009.

Martinho, Francisco Palomanes. Marcello Caetano no (Jornal do) Brasil Repercussões da direita portuguesa na ditadura militar (1968-1974). **Varia História**, v. 35, n. 68, 2019.

Menezes, Raquel. Novas Cartas Portuguesas: um gesto de amor político a muitas mãos. **Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF**, v. 7, n. 14, 2015.

Meneses, Ulpiano Bezerra de. História e imagem: iconografia/iconologia e além. *In: Cardoso, Ciro F; Vainfas, Ronaldo. **Novos Domínios da História***. Rio de Janeiro: Campus, 2012. p. 243-262.

Morais, Paula Fernanda da Silva. **Portugal sob a Égide da Ditadura: o rosto metamorfoseado das palavras**. Tese (Mestrado em Teoria da Literatura e Literatura Portuguesa), Minho: Universidade do Minho, 2005.

Nisbet, Robert. **O conservadorismo**. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

Piovezan, Adriane; Fontoura, Junior, Antônio. Corpos censurados: moralismo no período da ditadura civil-militar e a literatura de Cassandra Rios. *In: VII Congresso Internacional de História*. Maringá: **Anais dos VII CIH UEM**, 2015.

Pio XI. **Carta Encíclica Quadragesimo Anno**. Vaticano. 1931.

Portugal. **Constituição (1933)**. Texto publicado no Diário do Governo, de 22 de fevereiro de 1933, nos termos do Decreto nº 22 241, dessa data; submetido a plebiscito em 19 de março de 1933; e entrado em vigor em 11 de abril de 1933 com a publicação no *Diário do Governo* da acta da assembleia geral de apuramento dos resultados do plebiscito. Lisboa, 1933.



Presot, Aline Alves. **As Marchas Da Família, Com Deus Pela Liberdade E O Golpe De 1964**. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, p. 150. 2004.

Quinalha, Renan Honório. **Contra a moral e os bons costumes: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. Tese (Doutorado em Relações Internacionais), São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, 2017.

Quinalha, Renan **Contra a moral e os bons costumes: A ditadura e a repressão à comunidade lgbt**. São Paulo : Companhia das Letras, 2021.

Raquel. Salvador, Brasil, 24/04/2017. Entrevista concedida a Allana Letticia dos Santos.

Rampinelli, José Waldir. Salazar uma longa ditadura derrotada pelo colonialismo. **Lutas Sociais**, v.18, n. 32, p. 119-132, 2014

Rosas, Fernando (Coord.). Portugal e a Transição para a Democracia, 1974/1976. Lisboa: Colibri, 1999.

Santana, Ediane Lopes. **Em nome da Família, da moral e da propriedade: Amém!** - As mulheres baianas na organização da Marcha da Família em Salvador 1962-1964. Dissertação (Mestrado em História), Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2009.

Schpun, Mônica Raisia (Org.). **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo, Editorial; Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2004.

Setemy, Adrianna. Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação política da censura durante a ditadura militar. **Topoi**, v. 19, n. 37, p. 171-197, 2018.

Setemy, Adrianna. **Entre a revolução dos costumes e a ditadura militar: as cores e as dores de um país em convulsão**. São Paulo: Letra e Voz, 2019.

Simões, Solange de Deus. **Deus, pátria e família: as mulheres no golpe de 1964**. Petrópolis: Vozes, 1985.

Simpson. Ducan. A Igreja Católica e o Estado Novo de Salazar. **Locus**, v. 18, n. 1, p. 89-110 2012.

Santos, Allana Letticia. **“Eu sabia que minha guerra não era contra o jubramento, minha guerra era contra o governo”**. A militância feminina no movimento estudantil da UFBA (1968-1980). Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2019.



Santos, Antônio Carlos dos. Variações conceituais entre a ética e a moral. **Filosofia Unisinos Journal of Philosophy**, v. 22, n. 2p. 1-10, 2021.

Souza, Jamerson Murillo Anunciação de. Edmund Burke e a gênese conservadorismo. **Serv. Soc.**, n. 126, p. 360-377, 2016.

Souza, Sara Cristina de. Igreja Católica, política e moral durante a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985). **Revista Aulas**, n. 4, 2017.

Tavares, Maria Manuela Paiva Fernandes. **Feminismos em Portugal (1947-2007)**. Tese (Doutorado em Estudos sobre as mulheres), Lisboa: Universidade Aberta, 2008.

Teodoro, Elizabeth Fátima & Chaves, Wilson Camilo. Inimiga da moral sexual civilizada e dos bons costumes: reflexões sobre um estranho retrato de mulher. **Reverso**, v.43, n. 82, 2021.

Vicente, Ana. Do autoritarismo e das mulheres nas segunda e terceira República. **Revista História das Ideias**, v. 16, 1994.

Zanotto, Gizele. Tradição, família e propriedade (TFP): um movimento católico no Brasil (1960-1995). **Locus**, v. 30, n.1 p. 87-101, 2010.

Submetido em: 27 de dezembro de 2023.

Avaliado em: 14 de fevereiro de 2024.

Aceito em: 16 de março de 2024.